

## **A PRÁTICA DOCENTE DOS PROFESSORES DO CAMPO: UM ESTUDO EM DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BAHIA**

***Lisângela Silva Lima***

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
lisangelalivre@hotmail.com

***Arlete Ramos dos Santos***

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
arlerp@hotmail.com

***Lizandra Silva Lima***

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
lizandrasl@yahoo.com.br

***Niltânia Brito Oliveira***

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
africa.niltania@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada no município de Itabuna - Bahia, que teve como objetivo investigar a prática docente dos professores da educação do campo, de forma a compreender as exigências quanto ao nível de formação dos professores, os elementos da cultura e os princípios da educação do campo, presentes nas práticas docentes. Os instrumentos de coleta utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas. Sendo esses, analisados a partir do método materialismo histórico dialético. O aporte teórico está referendado em Caldart (2012), Arroyo (2012) e Ludke e André (1986). O lócus da pesquisa composta por quatro escolas do campo que integram a nucleação A e os sujeitos são quatro professoras da referida modalidade de ensino e um coordenador pedagógico. Os resultados mostram que os professores possuem formação inicial em Pedagogia e são efetivos da rede municipal, locados nas turmas no campo. Possível perceber que o município não dispõe de uma política específica voltada para atender a formação continuada do professor que atua na Educação do Campo. Focalizamos as nossas investigações e análises em escritos de pesquisadores que se dedicaram ao estudo da temática educação do campo e à legislação nacional. É importante enfatizar o papel dos movimentos sociais do/no campo, é nítido que quando existe uma atuação de qualquer célula organizada é possível uma ação concreta, que garanta os direitos sociais, políticos econômicos de um coletivo, só assim podemos ter êxito em nossos desafios, em especial, na Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Formação de professores. Prática docente.

## Introdução

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa<sup>1</sup> em andamento intitulado: “O Plano de Ações Articulados - PAR e as políticas educacionais em municípios da Bahia”, o qual tem como objetivo, investigar a prática docente dos professores da Educação do Campo: um estudo em desenvolvimento no município de Itabuna-Bahia. Entretanto, nesse texto, optamos por descrever os dados evidenciados inicialmente, apenas no município de Itabuna-BA.

O município de Itabuna localiza-se no Sul do Estado da Bahia, em uma região denominada Costa do Cacau. Possui uma área total de 432,244 km<sup>2</sup> e está localizada a 426 quilômetros da capital da Bahia. É a quinta cidade mais populosa da Bahia, com uma população de 204.667 (duzentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete) habitantes, conforme contagem populacional de 2010, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A estimativa de 2014, desse mesmo Instituto, previa uma população de 218.925 (duzentos e dezoito mil, novecentos e vinte e cinco) habitantes.

Durante décadas, a imagem do campo foi associada a um lugar de atraso, sem perspectivas, ausência de saberes e de baixo rendimento financeiro. Os contextos rurais resultam de todo um processo histórico de exclusão, porém na contemporaneidade vivem de luta pela transformação. Essa transformação é fruto da luta e resistência dos movimentos populares do campo que defendem outro projeto de educação para esse espaço.

A luta nessas esferas se deu pelo fortalecimento e reconhecimento da diversidade cultural, a favor da liberdade desse povo, considerando sempre no seu projeto educativo suas demandas e necessidades. Tendo em vista o exposto, nesta primeira aproximação com a escola do campo nos desafiamos com a seguinte questão: Qual o nível de formação dos professores, que elementos da cultura e quais princípios da educação do campo estão presentes nas práticas docentes?

Repensar o direito à educação, no atual contexto nos desafia a recuperar os movimentos históricos de um povo e sua cultura, como possibilidades de reconstrução de um passado que precisa ser lembrado, reinventado e reconstruído para que se atenda de fato, aos anseios, desejos

e demandas que a vida atual nos exige. Buscando responder essa perspectiva de reconstrução do direito a educação, reportamo-nos neste trabalho, sobre a educação do campo, tendo como foco o percurso da formação continuada ofertada para esse público alvo no referido município.

Segundo Caldart (2009), a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, visando melhorias para o povo que trabalha e vive no/do campo. Para a autora, essa crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país.

Nessa perspectiva, a Educação do campo é diferenciada da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade que compõem o campo. Ela se apresenta como uma garantia ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas.

A metodologia da nossa pesquisa consistiu das análises dos instrumentos de coleta de dados utilizados, como aplicação dos questionários e entrevistas. Sendo apenas analisadas no momento atual as entrevistas e questionários de quatro escolas que compõe um núcleo.

### **O Plano de Metas e Plano de Ações Articuladas-PAR**

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE. Ele busca colocar à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica. A proposta do referido Plano, segundo o documento é implementar o novo regime de colaboração entre os entes federados sem ferir-lhes a autonomia, respeitando especialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, para assegurar à melhoria dos indicadores educacionais (BRASIL, 2007).

De acordo com nosso estudo, podemos definir o PAR como base nos documentos analisado como um conjunto de ações multidimensionais subdivididas em quatro áreas: Gestão

Educacional; Formação de Professores e de Profissionais da Educação; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, gerados a partir de um amplo diagnóstico da situação educacional dos municípios, com apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação, visando o cumprimento das metas do programa, Compromisso Todos pela Educação.

Para Sari (2009, p.101), esse contexto de adesão ao PAR pode ser apreendido da seguinte maneira,

a adesão ao Compromisso é, hoje, requisito para o apoio suplementar e para as “transferências voluntárias” da União às redes públicas de educação básica; quer dizer, a previsão é de que a assistência da União tida como “voluntária” (em oposição aos programas educacionais universais e transferências previstas em lei) seja direcionada às redes escolares públicas com índices mais baixos e que se comprometam com as metas do Compromisso e do PAR.

Sendo assim, vale salientar que esta política educacional manteve uma discussão acerca do Pacto Federativo e as relações entre os entes federados. Para Saviani (2009, p. 24), essa proposta de melhoria da educação visa responsabilizar principalmente os gestores municipais pela qualidade do ensino, assegurando-se apoio técnico e financeiro da União com eventual colaboração do Estado.

## **Educação do Campo e A Prática Docente**

A educação brasileira tem se caracterizado desde os primórdios da colonização como excludente e dualista, privilegiando a classe dominante, e quando se refere ao campo brasileiro, isso não é diferente. Ainda no século XX, a história nos mostra um paradigma agrário de concentração de terra em grandes latifúndios, e observa-se que até as primeiras décadas do referido século não havia preocupação por parte do Estado em escolarizar os povos do campo, com a justificativa de que a mão de obra do modelo agroexportador predominante nesse período, principalmente com a cultura cafeeira, não necessitava de escolarização para realizar o seu trabalho.

Avaliando a historiografia da Educação nas áreas rurais brasileiras, percebe-se que com a crise do modelo agroexportador, coloca-se em pauta a tentativa de modernização do campo, ainda

na primeira metade do século XX, e a educação rural nesse período, que acontece ainda de forma incipiente, passa a privilegiar um modelo de educação de movimento do capital para desestruturar a agricultura familiar, buscando formar trabalhadores para lidar com insumos, máquinas e tecnologias para aumentar a produção da lavoura, e, dessa forma, fortalecer os latifúndios.

A Educação do Campo nasceu das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais. Ela teve como ponto de partida o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, em 1997, e o seu batismo aconteceu na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em Luziânia, GO, no ano de 1998, reafirmada nas lutas e em sua identidade nas diferentes ações desde então e envolvendo progressivamente um conjunto maior de organizações e entidades.

O eixo principal do contexto de surgimento desta nova prática social foi à necessidade de lutas unitárias feitas pelos próprios trabalhadores e suas organizações por uma política pública de Educação do Campo que garantisse o direito das populações do campo à educação e que as experiências político-pedagógicas acumuladas por estes sujeitos fossem reconhecidas e legitimadas pelo sistema público nas suas esferas correspondentes. Mas, exatamente pelos sujeitos envolvidos e a materialidade social que a instituiu, a marca de origem da Educação do Campo e de seu projeto educativo foi sendo constituída pela tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas. Costumamos dizer que é a própria existência destes confrontos que essencialmente define o que é a Educação do Campo e torna mais nítida sua configuração como fenômeno da realidade brasileira atual.

Dessas lutas pela Educação do Campo, até a atualidade, como saldo positivo pode-se verificar a existência de uma legislação que versa sobre as conquistas para a educação dos povos do campo que reconhecem e legitimam as lutas levando em consideração as suas especificidades: Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº

1/2002 e Resolução CNE/ CEB n° 2/2008. Parecer CNE/CEB n° 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB n° 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Importante registrar que os movimentos sociais do campo foram participantes ativos das Conferências Estaduais e Nacionais da Educação – CONAEs – gerando influências no Plano Nacional de Educação, Lei sob n° 13005, aprovada no ano de 2014. São 20 metas para a educação brasileira nos próximos 10 anos. Em praticamente todas elas há menção aos povos do campo, à necessidade de educação básica, formação de professores, materiais didáticos entre outros temas essenciais ao avanço da educação do campo como construída pelos movimentos sociais em diálogo com governos.

A Educação do campo propõe uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses sujeitos. No entanto, para garantir o direito de todos os cidadãos, a escola precisa estar onde os indivíduos estão. Por isso, a escola tem que ser construída e organizada no campo. O fato de estar no campo também interfere na produção dos conhecimentos, porque não será uma escola descolada da realidade dos sujeitos. Construir educação do campo significa também construir uma escola do campo, significa estudar para viver no campo, buscar desconstruir a lógica de que se estuda para sair do campo (BRASIL, 2007).

De acordo com Caldart (2009) a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Repensar a formação de professor que atua no contexto do campo é defender que a discussão dê por via dos princípios da educação do campo, levantados a partir do marco legal os elementos que os regem. O artigo 2° do Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010 celebra o seguinte:

I – respeito a diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II- incentivo à formação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, econômico justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerado as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV – valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Os princípios apontam para as orientações norteadoras do trabalho docente. Concebidos como referência para o desenvolvimento do trabalho no âmbito educacional, os princípios apontam as especificidades necessárias a serem trabalhadas com os sujeitos do campo, respeitando assim as identidades.

Nessa perspectiva, proporcionar formação continuada aos profissionais atuantes no campo, favorece a implementação de uma prática docente pautada nas especificidades dos sujeitos envolvidos frente ao processo ensino aprendizagem. Assim, como contribuir com o bom desempenho dos professores em sala de aula, possibilita a superação das dificuldades do cotidiano e a reflexão da própria prática docente.

Desta forma, é viável desenvolver política de formação continuada que proporcione ao professor capacidade de conviver com a complexidade e singularidades presentes na educação do campo, a fim de se buscar compreender as concepções didático-pedagógicas que alicerçam de fato a organização da prática docente.

## **Resultados da pesquisa**

Nosso trabalho foi desenvolvido em um núcleo composto por quatro escolas do campo da cidade de Itabuna-Bahia, porém, foi realizada a pesquisa de campo na Escola Luz, que fica locada na Fazenda Conjunto Santo Antônio, Km 10 da Rodovia Itabuna/Itabuna.

Utilizamos uma abordagem qualitativa, buscando aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação com a criatividade, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar os conhecimentos sobre a questão central deste estudo na compreensão de Gonçalves (2003).

A pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica.

A análise de documentos apresentou os seguintes dados, conforme Tabelas N° 1,2 e 3, abaixo, no que se refere à composição da Educação do Campo no município de Itabuna- BA dentro do recorte temporal de 2013 a 2016.

**TABELA N°01 - Quantidade de alunos e escolas da educação do campo.**

ANO	ESCOLA		TOTAL	ALUNOS		TOTAL
	CAMPO	URBANA		CAMPO	URBANA	
2013	31	78	109	824	19.541	20.365
2014	25	78	103	668	18.747	19.415
2015	25	75	100	669	18.040	18.709
2016	25	73	97	560	16.752	17.312

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação/2016.**

**TABELA N° 02- Quantidade de docentes da rede municipal de ensino que atuam na Educação do Campo, por espaço geográfico e carga horária semanal.**

Ensino Fundamental		Regime 20 horas semanais	Regime de 40 horas semanais	Total
Anos Iniciais	Urbano	-	17	17
	Campo	-	43	43
Total de Professores da Rede				60

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação/2016.**

**TABELA Nº 03** - Formação Inicial e Formação Continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo da referida escola pesquisada.

Nome	Função	Formação inicial	Formação Continuada	Tempo de serviço na rede municipal de Itabuna	Carga horária	Segmento Atendido
P1	Professora	Pedagogia	Gestão Escolar	13 anos	40h	Fundamental I
P2	Coordenador Pedagógico	Pedagogia	Coordenação Pedagógica	20 anos	40h	Fundamental I

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação/2016.**

A entrevista é um dos principais instrumentos usados nas pesquisas das ciências sociais, enquanto técnica de coleta de dados e que vem desempenhando um papel importante nos estudos científicos. Segundo Lüdke e André (2013, p.39), a grande vantagem dessa técnica em relação às outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

As entrevistas realizadas e transcritas seguiram um roteiro específico para o segmento entrevistado, contendo questões concernentes à modalidade da educação do campo e a política de formação continuada para a referida modalidade apresentada.

A entrevista foi construída de forma semiestruturada, consentindo assim, que o pesquisador realizasse alterações ou ajustamentos. Os nomes dos sujeitos e das instituições de ensino utilizados no texto são fictícios, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

Entrevistamos o coordenador da Educação do Campo o professor 2, no qual, perguntamos se a proposta pedagógica de trabalho encontra especificamente embasada nos princípios da Educação do Campo.

“as escolas do campo estão organizadas de duas formas: uma (01) integrada a literalmente a proposta pedagógica da escola Grapiúna, elaborada desde 2002, a mesma, define ações para todas as etapas do ensino. As demais escolas (22) do campo, estão organizadas em ciclo de aprendizagem, já possui sua proposta política pedagógica elaborada com a participação dos profissionais do Campo,

porém, enviada ao Conselho Municipal de Educação-CME, para as devidas apreciações e possível aprovação. Sendo aprovada, a Educação do Campo passará a ter uma proposta atendendo as especificidades e princípios da referida modalidade de ensino”. (Transcrição literal da fala da professora 2).

Também foi perguntado ao coordenador da educação do campo (professor 2), sobre qual a política da educação do campo defendida pela SEC no referido município.

“Educação no município de Itabuna, ainda é defendida enquanto escolarização no campo, não há educação do campo, porque o município não respeita os princípios da Educação do Campo. Ai acaba acontecendo uma educação rural, ainda é a mesma escola rural, sem infraestrutura adequada, ainda é uma educação urbana, uma proposta urbana levada ao campo e não uma proposta construída pelos moradores do campo, pelos movimentos sociais que atuam no campo, pelo conjunto de moradores de alunos, de sujeitos que estão no campo. Logo, o município não tem uma educação do campo, mas uma escolarização no campo, levando as propostas, pautas e conteúdo da escola urbana para o meio rural. Por isso, que eu acho que a educação do campo em Itabuna não acontece de fato”. (Transcrição literal da fala da professora 2).

Tratando da formação continuada do professor que atua na educação do campo, o professor 1 teceu as devidas apreciações sobre a causa:

"existia um grupo de formadores para os professores do Campo, com parceria com a Escola Ativa, dois supervisores que junto com as coordenadoras do campo realizavam a formação dos micros centros, que era a formação específica dentro da temática da Escola Ativa, mensalmente. Na gestão 2013-2016, não contamos com uma política de formação continuada que atendesse as reais especificidades da educação do campo. (Transcrição literal da fala da professora 1).

Diante das colocações dos profissionais da Educação do Campo percebe-se que o município não proporciona a concretização de uma educação do campo eficaz. Visto que a proposta político pedagógica não atende aos princípios da referida modalidade de ensino. Percebe que mesmo a coordenação tendo o cuidado de realizar encontros de estudos voltados para temáticas da Educação do Campo, pouco profissionais despertam interesse e envolvimento em abraçar e defender a educação do campo no município, pois como ficou claro que a proposta de formação que vem dando certa, é a do Programa Federal PNAIC, que pensando de cima para baixo e que infelizmente ganha fôlego devido o incentivo de uma bolsa auxílio, para os professores que atendem ao Ciclo I (1º ao 3º anos). Nos diálogos, foi possível perceber a defesa

que diante da aprovação da Proposta Político Pedagógica, a educação do campo poderá ter outra estruturação, de forma a atender as especificidade dos sujeitos envolvidos.

### **Considerações finais**

Diante dos pressupostos apresentados percebemos que, a educação do campo precisa ser vista dentro de suas especificidades, pois se percebe que os professores enxergam o campo como um espaço homogêneo, unificado ao território urbano. Em linhas gerais as práticas docentes vivenciadas nesses espaços estão bastante focadas nas práticas e culturas urbanas, ficando o contexto rural muitas vezes como extensão do tempo pedagógico da escola. Outro aspecto identificado foi à ausência de uma política de formação voltada para os professores do campo que discuta suas práticas docentes e repensem as especificidades que a modalidade da educação do campo possui.

Logo, identificamos que a formação inicial não responde às exigências postas a partir dos princípios e a formação continuada, quando existe, é pautada em projetos e programas, que não respondem às demandas, o que configura a necessidade de políticas educacionais que permitam a celeridade e perenidade nos processos formativos de maneira a intervir positivamente na prática docente do professor do campo.

Investir na formação do professor do Campo consiste em dar-lhe subsídios e condições de questionar as suas funções nesta modalidade de ensino enquanto articulador do trabalho pedagógico. Sendo assim, de grande valia que o processo de formação continuada não se constitua apenas como um momento de aperfeiçoamento da prática docente, mas um processo de formação crítica e reflexiva, elevando ao autoconhecimento intelectual, emocional, pessoal e organizacional do sujeito.

Nesta perspectiva, o movimento da educação do campo, tem como

“um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2009, p. 149-150).

Temos clareza de que, um dos desafios do professor consiste em aprimorar incessantemente o seu ser profissional, educando-se a cada dia para exercer com sabedoria a sua profissão, num propósito de alcançar níveis mais aprofundados do conhecimento por meio dos estudos, do diálogo, das discussões e, principalmente, da possibilidade de refletir a própria prática docente para provocar mudanças significativas no processo ensino aprendizagem.

E, diante de uma sociedade marcada pela contradição e desigualdade econômica, de raça, de geração, de gênero, de lugar e de classe, sinalizamos a necessidade de que sejam elaboradas políticas públicas de formação continuada de professores do campo, de forma a favorecer a educação das minorias étnicas, sobretudo, s que residem no campo, que são desprovidas de políticas públicas. Assim como desejam os profissionais da educação do campo “a lutar contra a marginalidade por meio da escola, significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais” (SAVIANI, 2008, p.25)

Diante do apresentado vale salientar do quão desafiante é a efetivação de políticas públicas que garantam o direito a uma educação na perspectiva da formação humana a participação cidadã, em um país onde o sistema capitalista dita às regras.

## Referências

BELLO, Isabel Melero. O Plano de Ações Articuladas como Estratégia Organizacional dos Sistemas Públicos de Ensino: avanços, limites e possibilidades. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0234.pdf>. Acesso em: 25 de mai de 2015

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. Brasília, DF, MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Decreto Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA M.C. Por uma educação do campo. Rio de Janeiro. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=290630>Acessado em: 11/01\2013

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

SARI, Marisa Timm. Regime de colaboração intergovernamental na educação: a experiência do Rio Grande do Sul. 2009. Porto Alegre.

SAVIANI, Demerval. PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC. São Paulo: Autores Associados LTDA. 2009.